
A PESQUISA EM TEORIA DA ESCOLHA PÚBLICA: O PERFIL, AS FONTES E A PRODUÇÃO

RESEARCH ON PUBLIC CHOICE THEORY: PROFILE, SOURCES AND PRODUCTION

Jonatas Dutra Sallaberry

Titulação: Doutorando

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Endereço: PPGC – CSE, Bloco F, Campus Trindade
CEP: 88040-970 – Florianópolis, SC – Brasil
<http://orcid.org/0000-0001-7492-727X>
Telefone: (41) 98496 6447
E-mail: jonatas.sallaberry@hotmail.com

Liz Dayana Campos Spinello Arias Quaesner

Titulação Mestre

Universidade Federal do Paraná - UFPR
Endereço: PPGCONT – Andar I, Campus III, Av.
Prefeito Lothário Meissner, 632, Curitiba-PR
<http://orcid.org/0000-0002-2494-5565>
Telefone: (41) 99740 0544
E-mail: liz.squaesner@gmail.com

Recebido: 10/09/2018 Aprovado: 10/02/2019
Publicado: 31/03/2019

Mayla Cristina Costa

Titulação Pós-Doutora

Professora Doutora do PPGCONT- Universidade
Federal do Paraná - UFPR
Endereço: PPGCONT – Andar I, Campus III, Av.
Prefeito Lothário Meissner, 632, Curitiba-PR
<http://orcid.org/0000-0002-2909-3103>
Telefone: 55 3360 4407
E-mail: mayla.c.costa@gmail.com

Ademir Clemente

Titulação Pós-Doutor

Professor Doutor do PPGCONT- Universidade Federal
do Paraná - UFPR
Endereço: PPGCONT – Andar I, Campus III, Av.
Prefeito Lothário Meissner, 632, Curitiba-PR
<https://orcid.org/0000-0002-3998-6263>
Telefone: +55 (41) 3360 4413
E-mail: ademirclemente@gmail.com

RESUMO

A teoria da escolha pública é um programa interdisciplinar que aplica métodos tradicionais das ciências econômicas ao setor público para explicar como a maximização do autointeresse dos diversos atores do sistema político podem influenciar o processo da tomada de decisão. Diante do cenário político em que se encontra o Brasil atualmente, a teoria tem se revelado adequada para estudos empíricos. Nesse sentido, o objetivo do estudo foi mapear os trabalhos científicos fundamentados na Teoria da Escolha Pública. Sob essa ótica, foi realizado um levantamento bibliométrico e aplicação de métricas da cientometria em trabalhos científicos fundamentados na teoria da escolha pública do período de 2007 a 2016. Os resultados indicaram que a Teoria da Escolha Pública foi utilizada como plataforma teórica em pesquisas e trabalhos acadêmicos de relevância como Teses e Dissertações de diversos campos do conhecimento, no entanto, embora Ciências Econômicas e Ciências Contábeis tenham apresentado destaque dentre todas as áreas, pode-se perceber direcionamento e aprofundamento dos estudos em contabilidade. Em relação às organizações educacionais, a USP e a UFBA se destacaram na produção científica e o autor mais citado foi o teórico fundador da escolha pública, James Buchanan. Acerca da continuidade das pesquisas, apenas 37,5% resultaram em outras obras ou estudos, além da própria Tese ou Dissertação. Esses elementos revelam que a teoria ainda está sendo pouco discutida na literatura brasileira e observa-se que há necessidade de se desenvolver um novo caminho científico que possa auxiliar a contabilidade na explicação de fenômenos inerentes ao processo da tomada de decisão dos gestores públicos e no aperfeiçoamento do modelo gerencial público, sendo que a discussão e divulgação desta teoria para a área é a principal contribuição deste estudo.

Palavras-chave: Teoria da Escolha Pública. Processo Decisório Político. Gestão Pública. Desenvolvimento Científico. Bibliometria.

ABSTRACT

Public choice theory is an interdisciplinary program that applies traditional methods of economics to the public sector to explain how self-interest maximization, individual characteristics and preferences of political actors, bureaucrats, and interest groups can influence the decision-making process. Given the current political scenario in Brazil, the theory has proved adequate for empirical studies. In this sense, the objective of the study was to map scientific investigations based on the Theory of Public Choice. From this point of view, a bibliometric survey and the application of scientometry metrics were carried out in scientific works and in authors who published research based on the theory of public choice during the period from 2007 to 2016. The results indicated that the Public Choice Theory based works scholars of relevance as Theses and Dissertations of several fields of knowledge, however, although the Economics and Accounting Sciences presented prominence among all the areas, one can suggest a timid direction to Accounting. Regarding educational organizations, USP and UFBA excelled in scientific production and the most cited author was the founding theoretician of the Public Choice James Buchanan. From the continuity of the research, only 37.5% resulted in other works or studies, besides the Thesis or Dissertation itself. These elements reveal that the theory is little discussed in the Brazilian literature and it is observed that there is a need to develop a new scientific path that can help Public Accounting in the explanation of phenomena inherent in the decision-making process of public managers and in the improvement of the managerial model of public management, and the discussion and dissemination of this theory can be a first step in this process.

Keywords: *Theory of Public Choice. Political Decision-Making Process. Public administration. Scientific Development. Bibliometric.*

1 INTRODUÇÃO

O Brasil enfrenta sérios desafios que ultrapassam os escândalos de corrupção e crise política dos últimos anos e refletem na prática em questionamentos acerca da concepção de gestão pública e arbitrariedade dos tomadores de decisão. As peculiaridades no processo de escolha pública geram frutos que são noticiados diariamente pela mídia. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), além de ocupar o 7º lugar no ranking de 30 países com maior carga tributária, o Brasil consta como destaque em oferecer retorno reduzido dos tributos aos cidadãos (IBPT, 2017; QUAESNER *et al.*, 2017).

As inúmeras revelações sobre desvios de recursos públicos, e condutas de agentes políticos por meio das investigações criminais têm tornado público atos de corrupção nas mais diversas formas, níveis sociais, profissões, ideologias, segmentos e empresas. Além desses desvios, o processo de redemocratização vivido nos anos 1980 e 1990, inclusive com a mudança Constitucional, intensificou as demandas por justiça social, sejam pelo reconhecimento de direitos de cidadania quanto por reformas do Estado (MARIO, 2016), exigindo uma gestão pública mais transparente e eficiente.

Para melhor compreensão do cenário político-econômico e principalmente com a finalidade de promover mudanças no contexto atual, considera-se que a teoria da escolha pública é importante e merece um olhar mais atento dos pesquisadores brasileiros da área da contabilidade, da administração pública, da economia e do direito. Há no contexto mundial, programas de pesquisa interdisciplinares que investigam as fronteiras entre a lei, economia e política (CONGLETON, 2002).

Dentre os estudiosos mais reconhecidos, James Buchanan se destacou pelo emprego de técnicas e métodos da economia tradicional no estudo dos fenômenos políticos. Apontou “falhas de mercado” denominando-as de “fracassos políticos” do governo democrático (Buchanan, 2003). Em 1986 recebeu

o Prêmio Nobel da Academia de Estocolmo em Economia Política Constitucional pelo desenvolvimento da *Public Choice Theory* (BUCHANAN, 2003), por explicar a natureza da exploração nos sistemas eleitorais, o interesse próprio dos políticos e dos burocratas, o poder dos grupos de interesse e o papel potencial que as restrições constitucionais poderiam ter no processo da tomada de decisões políticas (BUTLER, 2012).

Estudo de Quaesner *et al.* (2017) em nível quantitativo mapeou pesquisas realizadas no âmbito nacional e internacional na busca de identificar a relevância da teoria durante o período de 2012 a 2016. Os resultados obtidos sugeriram evidências de que as pesquisas fundamentadas na teoria da escolha pública são relevantes no âmbito internacional, apresentando quantidade expressiva, mas ainda incipiente no Brasil. A pesquisa revelou que os pesquisadores internacionais mais relevantes pela quantidade de produções foram Geoffrey Brennan, James Buchanan, Paul Larkin e Pierre Lemieux. O detalhamento dos resultados também sugeriu que os periódicos de maior destaque ao tema são *Public Choice e Harvard Journal of Law & Public Policy*.

No entanto, Quaesner *et al.* (2017) apresentaram limitações para mensurar a relevância no Brasil, e a necessidade de aplicação de outras métricas de aprofundamento. Dessa forma, no intuito de explorar e aprofundar a análise das pesquisas acadêmicas mais relevantes (Teses e Dissertações) fundamentadas na Teoria da Escolha Pública no Brasil e compreender suas redes, esta pesquisa pretende responder a seguinte questão: Qual o perfil da pesquisa em Teoria da Escolha Pública no Brasil, as fontes nas quais os estudos estão embasados e a conseqüente produção acadêmica? Para responder à questão de pesquisa proposta foi estabelecido como objetivo mapear os trabalhos científicos fundamentados na Teoria da Escolha Pública durante o período de 2007 a 2016, por meio de levantamento bibliométrico com métricas da ciëntometria.

Nesse sentido, esta pesquisa se diferencia pelo diagnóstico da produção científica nacional em Teoria da Escolha Pública, para que diante do cenário político-econômico crítico em que se encontra o Brasil, o processo decisório político possa ser explorado de forma a gerar resultados benéficos para a sociedade com análise acerca do emprego de uma importante teoria, e conseqüentemente incentivar o desenvolvimento de pesquisas empíricas que permitam revelar a atuação dos gestores públicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta os aspectos históricos e os fundamentos da Teoria da Escolha Pública.

2.1 Aspectos Históricos da Teoria da Escolha Pública

Os primeiros impulsos para o desenvolvimento da teoria surgiram no século XX, após a segunda guerra mundial, época em que a economia estava fundamentada no bem-estar Keynesiano e, o socialismo era predominante entre os filósofos e cientistas sociais centrados em falhas de mercados e na concorrência imperfeita (BUCHANAN, 2003; CONGLETON, 2002; QUAESNER *et al.*, 2017). Com essa perspectiva, estudiosos como Duncan Backer, Kenneth Arrow, Anthony Downs, William Riker, James Buchanan, Gordon Tullock e Mancur Olson, investigaram as motivações e as conseqüências econômicas da autoridade dos políticos, sobre a vida de uma população, exercida por meio de leis, normas e tributos.

A teoria da escolha pública passou a ser considerada um importante programa de pesquisa interdisciplinar que investiga a fronteira entre a lei, a economia e a política (BUCHANAN, 2003; CONGLETON, 2002). De acordo com o pesquisador da Escola de Virgínia, a teoria da escolha pública contempla a aplicação de teorias e princípios econômicos para analisar o comportamento de todos os

indivíduos envolvidos no processo decisório político: eleitores, grupos de interesses, burocratas, gestores políticos e legisladores (BUCHANAN, 2003; 1999).

Seguindo a era de Buchanan, vários pesquisadores renomados estudaram na escola de Virgínia. Dentre eles distinguem-se Charles Plott, Richard Wagner, Charles Goetz, Mark Pauly e Robert Tollison (CONGLETON, 2002). De uma forma geral, os principais autores que publicaram sobre public choice, são Geoffrey Brennan e James Buchanan, cada um com 16 trabalhos publicados, enquanto na última década os mais publicados foram Paul J. Larkin (11 trabalhos) e Pierre Lemieux (6 trabalhos). Em relação aos periódicos que mais deram ênfase para o tema foram o Public Choice (33 publicações) e Harvard Journal of Law & Public Policy (18), predominantemente em língua inglesa (QUAESNER et al., 2017).

Dentre os estudiosos, James Buchanan se destacou pelo emprego de técnicas e métodos da economia tradicional no estudo dos fenômenos políticos. Em 1986 recebeu o Prêmio Nobel da Academia de Estocolmo em Economia Política Constitucional pela Public Choice Theory (QUAESNER et al., 2017) por explicar a natureza da exploração nos sistemas eleitorais, o interesse próprio dos políticos e dos burocratas, o poder dos grupos de interesse e o papel potencial que as restrições constitucionais poderiam ter no processo da tomada de decisões públicas e políticas (BUTLER, 2012). O coautor da teoria é o estudioso Gordon Tullock.

Atualmente, a escola de Virgínia contempla a Public Choice Society que está filiada a vários journals como Public Choice, Constitucional Political Economy, The Review of Austrian Economics e o Journal of Entrepreneurship & Public Policy, cujos editores chefes são, respectivamente, William F. Shughart II, Roger D. Congleton e Joshua C. Hall.

2.2 Fundamentos da Escolha Pública

Tullock, Seldon e Brady (2002) explanam que no axioma da teoria estão seus elementos “pessoas são pessoas” e complementa que “homo politicus” e “homo economicus” são os mesmos. As motivações no processo político não se diferenciam de pessoas na teoria do comportamento do consumidor tradicional em mercados de carnes, moradias ou automóveis.

Sob esta visão, parece representar o senso comum, em que os governos são coleções de indivíduos cuja interação é determinada pelos interesses próprios que motivam também as pessoas no setor privado (BUTLER, 2012; MCCHESENEY; SHUGART, 1995; TULLOCK *et al.*, 2002).

Esta concepção se baseia em três fatores para a compreensão do processo de decisão das escolhas políticas e institucionais públicas: individualismo metodológico, subjetivismo e contratualismo. Esses três fatores, em conjunto, estão implícitos no aparelhamento institucional público, uma vez que integram o comportamento dos atores e, desse modo, podem influenciar no processo decisório. A abordagem do individualismo metodológico supera os conceitos limitados da abordagem racional. Uma vez que a concepção de bem comum político é refutada pela teoria, haja vista que o processo decisório envolve utilitarismo, logo é subjetivo.

O contratualismo busca explicar a relação entre aparelhamento institucional e a sociedade (CORREIA, 1999; COSTA *et al.*, 2013; SHAW, 2002; SHUGART; RAZZOLINI, 2001). Para estes autores, a concepção de que o governo é um processo de tomada de decisões coletivas que, soluciona desinteressadamente os problemas sociais, tem uma longa tradição romântica tanto na teoria política como na economia.

Assim, a concepção de que os agentes políticos buscam sempre promover o bem comum é afastada e caracterizada como “política sem romance” (BUCHANAN, 1984, 1999, 2008), até porque o político em uma sociedade democrática passa sua vida ganhando ou buscando ganhar as eleições (BUTLER, 2012).

Considerando os argumentos, a teoria busca explicar o aparelhamento institucional dos governos, em particular, o comportamento dos indivíduos a respeito do governo, afirmam Tullock *et al.* (2002). Em regimes democráticos, o processo decisório dos atores políticos é realizado por pessoas que tomam decisões coletivas, de acordo com regras específicas da visão de mundo individual, contidas na visão de mundo individual, que permitem transpor múltiplas preferências individuais e distintas para uma única escolha coletiva. Tais regras se referem ao indivíduo racionalista que, sendo capaz de prever o impacto de suas escolhas, reduz os custos esperados tanto em casos de renúncia aos próprios interesses, quanto em decisões que visem apenas à maximização da utilidade esperada (BUCHANAN, 2003; BUTLER, 2012; SANTIAGO; BORGES; BORGES, 2015).

Por exemplo, ao considerar cinco grupos de pessoas, Butler (2012) argumenta que um grupo pode desejar novas estradas, outro grupo pode se opor violentamente porque pede a redução de impostos, enquanto um terceiro pensa que a verba pública deveria ser aplicada em segurança e defesa. Um quarto em educação e cultura, e o quinto em saúde.

A divergência conflituosa entre interesses torna impossível a condução de uma política sensata que priorize o interesse público, e o bem comum (BUTLER, 2012). Desse modo, a democracia interpretada como regra da maioria não poderia trabalhar para promover qualquer interesse público, afirma Buchanan (2003). Tullock *et al.* (2002) afirmam que a escola de Buchanan proporciona enfoque nas restrições constitucionais e na importância do aparelhamento institucional público exercido para a população, e no desenrolar do processo das escolhas de regras individuais na tomada de decisão das regras constitucionais, conforme contemplado na obra clássica *The Calculus of Consent* (1962).

Esta ênfase é explorada pelo quadro analítico de análise da Escola de Virgínia ou Public Choice School, a partir da premissa que nas interações humanas, os resultados dependem de regras implícitas no envolvimento entre as pessoas. Se esses resultados podem ser avaliados em escalas de preferência, as regras podem também ser conduzidas. Assim como existem resultados "melhores" e "piores", existem conjuntos de regras "melhores" e "piores" que produzem os padrões desses resultados (BUCHANAN, 2008; BUCHANAN; VANBERG, 2002). Nessa perspectiva, a escolha das regras, nas quais as interações ocorrem, podem ser consideradas como empreendimento consensual que sustenta a esperança de ganhos entre as partes por meio do contratuallismo (BUCHANAN; TULLOCK, 1962).

Diversos estudos vêm sendo desenvolvidos pela Escola de Virgínia. Dentre eles, Cherrier e Fleury (2017) rastream o crescente interesse dos economistas no mecanismo de decisão coletiva após a Segunda Guerra Mundial. De acordo com os autores, os pesquisadores substituíram a análise dos procedimentos de votação e das funções de bem-estar social, nas décadas de 1940 e 1950, em contexto do crescente envolvimento com a formulação de políticas, confrontaram com acusações dos cientistas naturais, de viés ideológico, focalizando a instabilidade e ineficiência dos mecanismos de decisões coletivas, as impossibilidades normativas e a dependência da concepção de que a política refletia um "consenso social". Na década de 1960, surgiram desacordos na área sobre como identificar e agregar os valores individuais que os economistas acreditavam que deveriam orientar o trabalho, em particular na análise de custo-benefício, enquanto as décadas de 1970 e 1980 trouxeram novas abordagens para a decisão coletiva, evidenciando a coordenação, a revelação e a eficiência.

Vanberg (2011) explicou que as constituições são contratos incompletos e as tentativas de erosão constitucional se tornam ameaças constantes em contextos que a negação nas restrições constitucionais da política subconstitucional (comum). O trabalho se concentrou em duas questões que só receberam atenção limitada na literatura: o problema da aplicação constitucional e o papel da revisão judicial. Os resultados obtidos indicam que incorporar um interesse com a aplicação da análise constitucional tem implicações significativas para a escolha entre as regras, e sugere que as restrições constitucionais processuais tenham vantagens significativas, relacionadas às normas constitucionais que tentam garantir valores mais amplos e substantivos.

Khan (2006) aponta a existência de custos econômicos na busca por rendas. Isso inclui a perda de recursos investidos em subornos e a permanência de burocratas em altos cargos. O segundo ponto seria o custo social sofrido em decorrência de tributos e restrições geradas pelo poder público, o que pode ser prejudicial, pois impõe custos monetários à sociedade. Estas rendas contemplam as geradas por monopólios e argumenta que os custos de transação se elevam nestas circunstâncias. A limitação de poder discricionário do poder político e o aumento do custo de oportunidade da corrupção, por meio do aumento de salário de funcionários do poder público, maior transparência na alocação de recursos públicos e agentes para tratar da corrupção. Tais medidas aumentariam o custo esperado de se envolver em atos corruptos e são prováveis que poderiam contribuir para a redução desta prática.

De uma forma geral, a teoria como programa interdisciplinar, pode ser utilizada para explicar como a maximização do autointeresse, as características individuais e preferências de atores políticos, burocratas e grupos de interesse podem influenciar no processo da tomada de decisão de modo a desconsiderar o princípio do interesse público ou bem comum a que deve estar orientado todo o aparelhamento institucional. Dessa maneira, a tomada de decisão individual pode gerar sérios reflexos e impactos na sociedade (BUCHANAN, 2003; TULLOCK et al., 2002).

Cabe destacar que a aplicação teórica e empírica da teoria abrange amplos campos do conhecimento, como políticas públicas, processo decisório, direito constitucional, gestão pública e política. Estes temas são focos de estudos na Escola de Virgínia (CONGLETON, 2002).

Por fim, o contexto desta seção teve por objetivo introduzir o leitor aos princípios teóricos da escolha pública por meio dos aspectos históricos, dos fundamentos e de estudos publicados a fim de que seja revelada a sua utilidade como abordagem teórica. A seguir, serão explanados os procedimentos metodológicos adotados para responder à questão desta pesquisa.

3 METODOLOGIA

Nesta etapa, o pesquisador com a pretensão de entender a realidade, promove a pesquisa - processo de estudo, construção, investigação e busca - que relaciona e confronta informações, fatos, dados e evidências visando à solução de um problema sobre a realidade social (MARTINS; THEÓFILO, 2009).

Sob essa ótica, a abordagem utilizada na problemática foi qualitativa para analisar os dados, propiciar o aprofundamento da investigação tendo como base a percepção do fenômeno dentro do contexto (TRIVINOS, 1987). Em complemento, Bogdan e Biklen (2007) explicam que esta abordagem contempla cinco características: ambiente natural, dados descritivos, preocupação com o processo, preocupação com o significado e o processo de análise indutivo. Ademais é caracterizada pelo emprego da quantificação nas modalidades de coleta de dados. Desse modo, a abordagem qualitativa foi empregada para aprofundar o conhecimento sobre o emprego da teoria da escolha pública em teses e dissertações no Brasil e a continuidade das pesquisas.

Em relação aos objetivos classifica-se como exploratório que proporciona maiores informações sobre o assunto a ser investigado, facilita a delimitação do tema, orienta a fixação de objetivos, além de direcionar novos enfoques sobre o assunto. Assim, resultados podem formar a base para futuras investigações (WALLIMAN, 2001).

Em referência aos procedimentos, optou-se pela bibliometria como estratégia de análise, método de coleta, organização e processamento dos dados, que segundo Macias-Chapula (1998) é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada, desenvolvendo padrões e modelos matemáticos para mensurar esses processos.

Também foram aplicadas técnicas da cientometria para analisar e avaliar inter comparações da atividade científica, produtividade e o avanço do conhecimento fundamentada a concepção de ciência

como construto multidimensional suscetível à mensuração (BORNER; CHEN; BOYACK, 2003; GUARIDO FILHO, 2008).

No tocante a amostra, foi constituída da base de dados da pesquisa de Quaesner *et al.* (2017), que utilizou o Banco de Teses e Dissertações da CAPES e selecionou trabalhos acadêmicos por meio da utilização das palavras-chave: “teoria da escolha pública” e “escolha pública”. O levantamento inicial obteve uma população de quarenta produtos de investigação, que após realização de *casting* de trabalhos fundamentados na teoria, totalizou duas teses e quinze dissertações, totalizando 17 trabalhos. Como o estudo anterior apresentou limitações para mensurar a relevância da teoria na literatura do Brasil, essa pesquisa incluiu análise cientométrica para aprofundar o contexto nacional.

Para análise das influências teóricas e fontes de conhecimento adotadas nos trabalhos nacionais, por meio das citações de outros autores foram extraídas todas as referências bibliográficas de 15 teses e dissertações, acessíveis em fontes abertas para cruzamento dos dados e análise. A representação cientométrica das citações enfatiza propriedades formais das publicações, que revelam certa identificação cognitiva entre os autores que citaram e os citados, pois a análise de citações baseia-se na prática de referenciar, desempenhada por cientistas e expostas em suas publicações (GUARIDO FILHO, 2008; VAN RAAN, 2005).

Para análise dos resultados e produtos derivados das pesquisas, foram consultados os currículos dos autores disponíveis na Plataforma Lattes e coletados os dados de suas produções acadêmicas para análise. Apenas um dos autores não teve seu currículo identificado na plataforma. A análise de referências tem intuito de identificar as co-citações, que seria uma das técnicas utilizadas para mapear a estrutura intelectual de campos científicos e seu desenvolvimento no tempo (GUARIDO FILHO, 2008), sob a inspiração metodológica dos estudos de Zeff (1996) e Leite Filho (2008).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta etapa foi desenvolvida em dois momentos. No primeiro momento, ocorreu o tratamento e extração dos dados necessários para o atendimento da primeira parte da pergunta de pesquisa. No segundo momento, foram aplicadas três métricas de cientometria nas fontes teóricas para análise: Autores mais referenciados; Autores com maior quantidade de obras distintas referenciadas; e Autores referenciados por maior quantidade de Teses e Dissertações.

4.1 Tratamento dos Dados

A produção fundamentada na Teoria da Escolha Pública é ainda incipiente, considerando o quantitativo de pesquisas publicadas, apenas dezessete nos últimos anos, sendo duas teses e quinze dissertações, conforme já comentado.

Nesta etapa de pesquisa, foram extraídos os dados básicos, todavia duas dissertações não estavam disponíveis nos repositórios institucionais e embora os pesquisadores tenham solicitado às organizações de ensino, não obtiveram resposta até o final da análise dos dados. Desse modo, a base de dados primária para análise está constituída conforme explanado no Quadro 1.

Quadro 1 - Pesquisas nacionais em dissertações e teses (continua)

Ano	Título	Autor	T/D Qtd Referências
2015	A Teoria da Escolha Pública aplicada às políticas públicas brasileiras de infraestrutura urbana	Castro, Leila Angelica de Oliveira	D- ND ²
2015	Racionalidade Limitada com Correspondências de Escolha	Figueiredo, Caio Guimarães	D- 6
2015	Responsabilidade na gestão fiscal: um estudo em grandes municípios com base nos pilares da lei de responsabilidade fiscal no período de 2010-2013	Cruz, Claudia Ferreira da	T- 193
2014	As dificuldades políticas-burocráticas da auditoria externa na estrutura dos Tribunais de Contas em face de lacuna na Constituição Federal 1988	Faria, Diogenes Correa Vieira de	D- 81
2014	Gestão Pública e Eficiência nos Gastos com Educação: Evidências a partir do Estado do Pará	Mendonça, Rafael Laredo	D- 96
2014	A sociedade de economia mista na organização administrativa do estado contemporâneo: conveniência, gestão e tendências disfuncionais	Schwanka, Cristiane	T- 184
2013	Nível de Implantação das Práticas Obrigatórias e Recomendadas de Governança Eletrônica no âmbito do Poder Executivo dos Estados Brasileiros e Distrito Federal	Braga Neto, Jose Garrido	D- ND ³
2012	Aprendizado político e motivações governamentais: uma análise empírica dos determinantes da reforma de descentralização educacional paulista	Gemignani, Thomaz Mingatos Fernandes	D- 24
2012	<i>Accountability</i> e desenvolvimento humano pós Lei de Responsabilidade Fiscal: um estudo dos municípios do Estado da Bahia	Oliveira, Nilma Reis de	D- 36
2011	Qualidade do Gasto Público em Educação: Uma Análise para os Municípios da RMN em 2009	Silva, Veruska Pereira da	D- 58
2010	Governos de gabinete e coalizões cíclicas no ultra presidencialismo estadual: o experimento no Amazonas.	Leite, Breno Rodrigo de Messias	D- 95
2010	Gestão e Controle de Recursos Públicos? Um estudo sobre a rejeição de prestação de contas nos governos municipais do Estado da Bahia	Pereira, Jeronimo RosarioTanán	D- 60
2010	Bases teóricas do orçamento participativo? Um estudo na Prefeitura da cidade de Belém/PA	Silva, Polyana Batista da	D- 87
2009	Teoria da escolha pública: uma introdução crítica	Bernabel, Rodolpho Talaisys	D- 33
2009	Configuração Administrativa de Organizações de Governo: contribuição à crítica dos enfoques de escolha racional	Lima, Sideni Pereira	D- 74
2008	Uma Avaliação Econômica da Companhia Estadual de Saneamento (SANEMAT): a Concessionária de Água e Esgoto em Mato Grosso no Período de 1967 e 1998	Souza, Paulo Cesar de	D- 196
2007	Poder de votação e as regras de tomada de decisão no plenário do Conselho Federal de Economia	Maciel, Felipe Guatimosim	D- 96

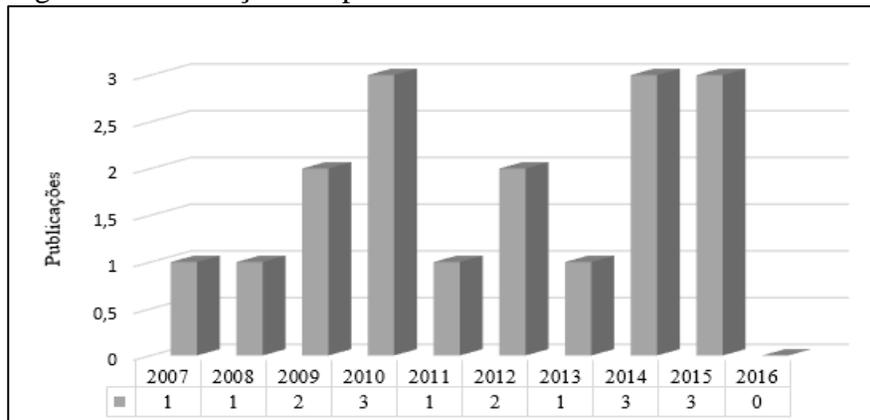
Nota específica: T: Tese D: Dissertação

Nota específica² e ³: ND: Não disponível.

Fonte: Dados da pesquisa (QUAESNER *et al.*, 2017).

Para melhor visualização, a base de dados primária foi representada graficamente conforme Figura 1.

Figura 1 - Publicações no período de 2007 a 2016



Fonte: Dados da pesquisa (QUAESNER *et al.*, 2017)

É possível observar na Figura 1 que as publicações realizadas durante 2010, 2014 e 2015 apresentaram maior percentual de participação, e juntas correspondem a 54% do total da amostra. Nesse sentido, é importante destacar que 2010 e 2014 foram anos de eleições majoritárias, ou seja, concorrência eleitoral para os cargos de presidente da república, governadores de estado e do Distrito Federal, e senadores. Nos triênios anteriores, a 2010 e 2014, a amostra sugere aumento percentual de 33,33% das publicações fundamentadas na teoria da escolha pública.

Especificamente em 2010, os estudos se concentraram em explicar o comportamento e o sucesso de atores políticos e gestores públicos em esferas estaduais e municipais. Em 2014, os estudos buscaram explicar a interferência de aspectos políticos no controle externo, exercido pelos Tribunais de Contas a partir de restrições constitucionais (lacunas), aspectos políticos no processo decisório da gestão da educação em esfera estadual, e os efeitos dos interesses de acionistas privados das economias mistas, frente ao princípio da função social.

Em 2015, observa-se que as quantidades de publicações permaneceram iguais a 2014, contudo, no ano seguinte 2016 não houve publicação de estudos com fundamentação na teoria analisada. Estes resultados podem sugerir que as pesquisas aumentaram nos períodos em que ocorreram eleições majoritárias, e ainda, que o ambiente pode influenciar no desenvolvimento e na publicação de estudos. Contudo, são necessárias análises mais aprofundadas e este estudo apresenta limitações, em face do objetivo estabelecido.

As quinze teses e dissertações coletadas e analisadas apresentaram um montante de 1.318 (um mil, trezentos e dezoito) referências que representa uma média de 87,87 publicações referenciadas em cada trabalho científico. Desconsiderando as repetições, foram identificados 887 (oitocentos e oitenta e sete) diferentes autores, o que revela em média que cada autor foi citado 1,49 vezes. Isso pode ser explicado porque as pesquisas são desenvolvidas em distintas áreas do conhecimento além de afiliações organizacionais bastante diversas.

As áreas do conhecimento a que se referem os estudos estão diversificadas em Administração, Ciências Contábeis, Ciência Política, Direito e Economia. Predominam pesquisas as áreas de Ciências Contábeis e Economia que apresentaram cinco e quatro publicações, respectivamente conforme resultados apresentados por Quaesner *et al.* (2017) na Figura 2.

Figura 2 - Representação gráfica das áreas de conhecimento



Fonte: Dados da pesquisa (QUAESNER *et al.*, 2017).

A Figura 2 ilustra a forma de distribuição das áreas do conhecimento da amostra. É possível observar também que as áreas de Economia e de Ciências Contábeis apresentaram maior participação na amostra, totalizando 52,94%. No entanto, não é possível sugerir evidências de concentração, devido ao restrito distanciamento apresentado entre as todas as áreas, o que não corrobora aos estudos de Zeff (1996) e Leite Filho (2008).

Por esta lente, é possível sugerir respaldo no diz respeito a interdisciplinaridade do programa de pesquisa *public choice* (CONGLETON, 2002). Embora a Economia e a área de Ciências Contábeis preconizem importância no desenvolvimento da teoria no Brasil, o restrito distanciamento com as demais áreas, pode sugerir ainda a baixa interação das diversas áreas do conhecimento. Em relação às afiliações organizacionais e orientadores, observa-se bastante dispersão dessas organizações educacionais no Quadro 2.

Quadro 2 - Áreas de concentração, organizações educacionais e orientação

Área	IES	Autor	Orientação
Administração	UAM	Mendonça, Rafael Laredo	Farias Filho, Milton Cordeiro
	UFBA	Lima, Sideni Pereira	Mendes, Vera Lúcia Peixoto Santos
	UFC	Braga Neto, Jose Garrido	Vasconcelos, Alessandra Carvalho
Ciência Política	UFPA	Leite, Breno Rodrigo de Messias	Corrêa, Roberto Ribeiro
	USP	Bernabel, Rodolpho Talaisys	Araújo, Cícero Romão Resende de
Contabilidade	UERJ	Silva, Polyana Batista da	Silva, Lino Martins da
	UFBA	Oliveira, Nilma Reis de	Souza, Antônio Ricardo de
	UFBA	Pereira, Jeronimo RosarioTanam	Cordeiro Filho, José Bernardo
	USP	Cruz, Claudia Ferreira da	Afonso, Luis Eduardo
Direito	CUEA	Faria, Diogenes Correa Vieira de	Kifordu, Henry Aniagoa
	PUCPR	Schwanka, Cristiane	Ribeiro, Marcia Carla Pereira
Economia	UFMS	Souza, Paulo Cesar de	Mendes, Carlos Magno
	UFRGS	Maciel, Felipe Guatimosim	Porto Junior, Sabino
	UFRN	Silva, Veruska Pereira da	Clementino, Maria L. Miranda
	UNB	Figueiredo, Caio Guimarães	Riella, Gil
	USP	Gemignani, Thomaz M. Fernandes	Madeira, Ricardo de Abreu

Fonte: Dados da pesquisa (QUAESNER *et al.*, 2017).

Os resultados apresentados sugerem que as pesquisas estão dispersas em diversas organizações educacionais, exceto na USP e na UFBA que publicaram três pesquisas cada. Embora a dispersão destacada represente a ausência de concentração, que é uma das características destacadas na bibliometria

(MATTOS, 2004), é possível verificar um certo destaque da área de Ciências Contábeis na produção científica da teoria. Além de pertencer as duas áreas de maior produtividade literária na teoria, é possível observar que nas duas universidades de destaque, conforme indica o Quadro 2, a área de Ciências Contábeis também representou 50% do total de seis pesquisas. Ou seja, duas dissertações na UFBA e uma tese na USP. As demais universidades publicaram apenas um trabalho acadêmico no período.

A amostra representada por dezessete pesquisas de dezessete autores diferentes, com dezessete orientações distintas, caracteriza a ausência de endogenia, uma das características destacadas na bibliometria (MATTOS, 2004), que embora indicada como característica relativamente positiva para uma evolução menos enviesada, evidencia a dispersão de pesquisadores e ausência de lideranças na pesquisa sobre Teoria da Escolha Pública, ou mesmo denota indícios de falta de continuidade nas pesquisas (LEITE FILHO, 2008).

Os resultados descritos não sugerem evidências de similaridade com as pesquisas destacadas por Zeff (1996) e Leite Filho (2008) entre outras, que sugerem indícios de endogenia em veículos de publicação, concentração de autores e instituições e monopólio de instituições na autoria e produção acadêmica. Fatores como a diversidade de áreas de concentração que se fundamentam na Teoria da Escolha Pública e a pequena quantidade de pesquisas realizadas no Brasil, e por consequência da amostra, poderiam explicar a discrepância dos resultados encontrados, mas quanto a isso não existem elementos conclusivos.

4.2 Fundamentação das pesquisas

Na continuidade da análise foram empregadas técnicas de bibliometria sobre as citações contidas nos trabalhos que na academia tem sido aplicada de diferentes formas para o estudo da produção científica, e como ferramenta de apoio na elaboração de índices de pesquisa (GUARIDO FILHO, 2008).

Nesse sentido, a análise das fontes teóricas empregou três métricas de análise: Autores mais referenciados; Autores com maior quantidade de obras distintas referenciadas; e Autores referenciados por maior quantidade de Teses e Dissertações.

Nesta análise são desconsideradas autorias institucionais, como país, estados e órgãos estatais e paraestatais. Para se analisar a fundamentação, origem ou fonte das pesquisas realizadas no Brasil, foi realizada análise das citações, tendo por base o uso das referências.

O indicador de autor mais referenciado é empregado para determinar os autores mais citados na amostra da pesquisa enquanto o indicador de autor com maior quantidade de obras distintas referenciadas é empregado para determinar autores com maior quantidade de obras publicadas que influenciaram pesquisas de Teses e Dissertações.

Por fim, o indicador de quantidade de pesquisas que citam um mesmo autor independentemente da quantidade de obras referenciadas e da quantidade de referências totalizadas, pois analisa-se a quantidade de Teses e Dissertações distintas que citaram e foram influenciadas por determinado autor para considerar a relevância deste autor, conforme Quadro 3.

Quadro 3 - Autores com maior relevância

Autores mais Referenciados no conjunto de Pesquisas (T/D)		Obras Referenciadas de um Autor no Conjunto de Pesquisas (T/D)		Quantidade de Pesquisas (T/D) que citam o Autor	
Ref.	Autor	Obras	Autor	T/D	Autor
20	BUCHANAN, James M.	15	BUCHANAN, James M.	9	BUCHANAN, James M.
11	NORTH, Douglas	8	ABRUCIO, Fernando Luiz	6	PEREIRA, Paulo Thiago
9	BRESSER PEREIRA, Luiz C	8	BRESSER PEREIRA, Luiz	5	ABRUCIO, Fernando Luiz
8	ABRUCIO, Fernando Luiz	7	NORTH, Douglas	5	BRESSER PEREIRA, Luiz
8	MULLER, Dennis C.	6	ARROW, Kenneth J.	5	DOWS, Anthony
7	ARROW, Kenneth J.	5	PRZEWORSKI, Adam	5	GIACOMONI, James
7	DOWS, Anthony	5	TULLOCK, Gordon	5	MULLER, Dennis C.
7	TULLOCK, Gordon	4	MULLER, Dennis C.	5	TULLOCK, Gordon
6	PEREIRA, Paulo Thiago	4	PEREIRA, Carlos	4	BORSANI, Hugo
5	GIACOMONI, James	4	SEN, Amartya	4	NORTH, Douglas
5	HOOD, Christopher	4	SLOMSKI, Valmor	4	SMITH, Adam
5	PRZEWORSKI, Adam	3	ARRECH, Marta	3	ARROW, Kenneth J.
4	BORSANI, Hugo	3	COASE, Ronald H.	3	DIAS, Marco Antonio
4	O "DONNELL, Guillermo	3	DOWS, Anthony	3	GIAMBIAGI, F.
4	PEREIRA, Carlos	3	DRAIBE, Sonia	3	GIL, Antônio Carlos
4	REZENDE, Fernando	3	HOOD, Christopher	3	HALL, Peter A.
4	SEN, Amartya	3	OLSON, Mancur	3	HOBBS, Thomas
4	SILVA, Lino Martins da	3	PETERS, B. Guy	3	O "DONNELL, Guillermo
4	SLOMSKI, Valmor	3	TSEBELIS, George	3	OLSON, Mancur
4	SMITH, Adam	3	WILLIAMSON, Oliver E.	3	REZENDE, Fernando
4	TSEBELIS, George			3	SCHUMPETER, Joseph A.
4	WILLIAMSON, Oliver E.			3	SILVA, Lino Martins da
				3	TSEBELIS, George
				3	WEBER, Max

Fonte: Dados da pesquisa (QUAESNER *et al.*, 2017).

Conforme os resultados obtidos no Quadro 3, os autores com maior quantidade de citações no grupo analisado foi James Buchanan objeto de 20 referências ao todo, seguido de Douglas North (11), Luiz Carlos Bresser-Pereira (9), Fernando Luiz Abrucio e Dennis Muller (8). Essa métrica considera o montante de citações em diferentes trabalhos, independentemente da quantidade de trabalhos aos quais inspirou e da repetição de obras em diferentes trabalhos. No entanto, repetições de autores e obras em pesquisas distintas precisam ser distinguidas das demais citações. Segundo Guarido Filho (2008) entende-se a co-citação como relação estabelecida por autores citantes na medida em que fazem referência simultânea (co-citam) a dois itens precedentes da literatura, possibilitando medir o grau de associação entre artigos.

Sob a ótica da quantidade de obras distintas citadas, que poderia indicar a elevada produtividade de determinado autor-referência, também se identifica que James Buchanan teve quinze obras referenciadas nas diversas pesquisas analisadas, seguido de Luiz Carlos Bresser-Pereira e Fernando Luiz Abrucio (8), e Douglas North (7). Convém observar que dos quatro autores mais citados nestes trabalhos, apenas um é representante da teoria da escolha pública, o teórico James Buchanan.

Analisando o quantitativo de pesquisas que citam um mesmo autor, novamente James Buchanan é o autor mais citado na maior quantidade de pesquisas. Ao todo, das quinze pesquisas analisadas, em nove delas, ou 60%, James Buchanan é referenciado; seguido por Paulo Thiago Pereira, citado em seis pesquisas. Neste indicador também é preciso refletir sobre a contribuição dos autores-referência, pois como citado no referencial teórico, James Buchanan é reconhecido como um dos precursores da Teoria da Escolha Pública, mas Antonio Carlos Gil, referenciado em três pesquisas, é reconhecido como autor de metodologia científica, portanto não se trataria de um autor-referência sobre Escolha Pública.

Já outros autores, reconhecidos como referências em economia, finanças e contabilidade pública ficam sujeitos a análise quanto a contribuição efetiva para desenvolvimento da teoria, seja pela corroboração, cotejamento ou enfrentamento de ideias, ou como referências para instrumentalização de algumas pesquisas que tiveram como principal fundamentação a Teoria da Escolha Pública. Na análise também se verificou as pontuais fontes do conhecimento sob a delimitação da obra mais influente (referenciada) no âmbito das pesquisas nacionais. Para operacionalizar este levantamento, foram consolidadas as obras de autores, independentemente do idioma, editora ou edição em que foram publicadas as obras, conforme estruturado no Quadro 4.

Quadro 4 - Obras e estudos mais referenciados na literatura brasileira

Refs	Primeiro Autor	Título
6	PEREIRA, Paulo Thiago	A teoria da escolha pública (public choice): uma abordagem neoliberal?
5	DOWS, Anthony	Uma teoria econômica da democracia
5	GIACOMONI, James	Orçamento público
4	BORSANI, Hugo	Relações entre política e economia: teoria da escolha pública
4	BUCHANAN, James M.	The calculus of consent: the logical foundations of constitutional democracy
4	MULLER, Dennis C.	Public Choice III
4	SMITH, Adam	A riqueza das nações
3	DIAS, Marco Antonio	James Buchanan e a “política” na escolha pública
3	GIAMBIAGI, F.	Finanças públicas: teoria e prática no Brasil
3	HALL, Peter A.	As três versões do neo-institucionalismo
3	HOBBES, Thomas	O Leviatã
3	NORTH, Douglas	Economic Performance through Time
3	NORTH, Douglas	Institutions, Institutional Change and Economic Performance
3	O “DONNELL, Guillermo	Accountability horizontal e novas poliarquias
3	REZENDE, Fernando	Finanças públicas
3	SCHUMPETER, Joseph A.	Capitalism, Socialism, and Democracy
3	SILVA, Lino Martins da	Contabilidade Governamental: Um enfoque Administrativo
3	TULLOCK, Gordon	Falhas de governo: uma introdução à teoria da escolha pública

Fonte: Dados da pesquisa (QUAESNER *et al.*, 2017).

A obra mais referenciada nas pesquisas foi “A teoria da escolha pública (*public choice*): uma abordagem neoliberal?” do autor de Paulo Thiago Pereira, publicada no periódico “Análise Social – Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa”, que foi citada em seis pesquisas distintas, seguido das obras de Anthony Dows e James Giacomoni. Ao nível de referência em três teses ou dissertações, foram onze obras referenciadas, demonstrando dispersão do conhecimento (WAICZIK; ENSSLIN, 2012).

4.3 Continuidade das pesquisas

Identificadas as fontes e fundamentações das pesquisas sobre Teoria da Escolha Pública no Brasil, é preciso analisar os reflexos que as pesquisas em nível de mestrado e doutorado tem para a produção de novos conhecimentos nesse tema analisado. Nesse contexto, foram analisados os Currículos Lattes dos autores para verificar a existência de publicação e divulgação de produtos (artigos, livros, capítulos e anais) sobre o assunto das teses e dissertações em períodos durante e após a pesquisa.

Além da análise de co-citações, outros indicadores são frequentemente utilizados como ferramental para estudos descritivos e comparativos da produção acadêmica. Do total da amostra (17 autores de teses e dissertações), uma delas não teve o autor identificado na plataforma lattes. Em relação aos demais autores, dez não indicaram qualquer outro produto sobre o tema da dissertação/tese, que corresponde a 62,5%. Somente 37,5% das pesquisas teriam resultado em outros produtos acadêmicos,

ou seja, apenas seis demonstraram em seus currículos produção de artigo publicado em periódico ou apresentação em congresso de trabalho relacionado às pesquisas desenvolvidas no mestrado/doutorado.

Quadro 5 - Outras Publicações das Pesquisas

Autor	Título / Maior Classificação Qualis-Capes
Schwanka, Cristiane	Ribeiro, M. C. P., Schwanka, C. (2013). Eficiência e Gestão: do agir ao controle na atividade interventiva e econômica estatal. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso). (134), 54-65. [Qualis B4] Schwanka, C. (2013). Estado Empresário: monopólios, conveniência e tendências disfuncionais. Revista do Instituto do Direito Brasileiro. (8), 8801-8840. [Qualis B5]
Oliveira, Nilma Reis de	Oliveira, N. R., Castro Neto, A. F., Fernandes, G. B., & Souza, A. R. (2011). Desenvolvimento humano e accountability no estado da Bahia. Panorama das Contas Públicas. (3), 15-25. [Qualis C]
Leite, Breno Rodrigo de Messias	Leite, B. R. M., & Corrêa, R. R. (2009a). A formação de gabinetes no contexto do ultra presidencialismo estadual: Amazonas e Pará em uma perspectiva comparada. (Apresentação de Trabalho/Congresso). Leite, B. R. M., & Teixeira, J. A. (2009b). A formação de gabinetes no contexto do ultra presidencialismo estadual: a experiência no Amazonas. (Apresentação de Trabalho/Simpósio). Leite, B. R. M., Sandes, V., & Corrêa, R. R. (2010). Governando com o gabinete: a formação do secretariado estadual no Amazonas, Pará e Piauí. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
Pereira, Jeronimo RosarioTanan	Pereira, J. R. T. (2012). Rejeições de Prestações de Contas de Governos Municipais: o que está acontecendo? Contabilidade, Gestão e Governança. (15) 33. [Qualis B1]
Bernabel, Rodolpho Talaisys	Mignozzetti, U.M., Bernabel, R. T. & Galdino, M. (2011). Faz alguma diferença corrigir as distorções de representação no Brasil? Um estudo sobre a interação entre a arena Eleitoral e a arena Legislativa no âmbito Federal. CADERNOS ADENAUER (SÃO PAULO). (XII). 115. [Qualis B2]. FELISBINO, R. A.; BERNABEL, R. T.; KERBAUY, M T. M. (2012a). Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais Brasileiras em 2008. Revista de Sociologia e Política (Online). (21) 219-234. [Qualis A1] Bernabel, R. T., & Mignozzetti, U.M. (2012b). Grupos de interesse, preferências dos parlamentares e pressão midiática: um modelo formal para o Legislativo sob a influência de grupos de interesse e da mídia. Paraná Eleitoral, (1) 147. [Qualis B4]. Bernabel, R. (2015a). Federal Democracy in the Laboratory: Power Decentralization and Democratic Incentives Against Corruption. Political Science Research and Methods. (4), 1-14. Bernabel, R. (2016). Does the Electoral Rule Matter for Political Polarization? The Case of Brazilian Legislative Chambers. Brazilian Political Science Review. (9), 81-108. [Qualis A2]
Gemignani, Thomaz Mingatos Fernandes	Botelho, F. B., Gemignani, T. M. F., Madeira, R. A., Meloni, L. E. N., Rangel, M. A., & Pioner, H. (2014). Sistemas de Accountability nas Escolas Públicas Brasileiras: Identificando a Eficácia das Diferentes Experiências. In: Fernandes, R., Souza, A. P. F., Botelho, F., & Scorzafave, L. G. (Org.). Políticas Públicas Educacionais e Desempenho Escolar dos Alunos da Rede Pública de Ensino (1ed). Ribeirão Preto: FUNPEC-Editora.

Fonte: Dados da pesquisa (QUAESNER *et al.*, 2017)

Por fim, considera-se que a análise de citações pode ser utilizada como base para a compreensão do quadro intelectual de artigos, que indique relacionamento entre esses aspectos, e as mudanças que ocorreram ao longo do tempo (GUARIDO FILHO, 2008).

No caso analisado, percebe-se a pequena quantidade de autores e de desdobramentos de produtos daquelas teses e dissertações. Apenas seis autores que apresentaram o total de treze trabalhos técnicos, o que permite inferir que o conhecimento gerado nas pesquisas no Brasil sobre Teoria da Escolha Pública foi pouco aproveitado.

No entanto, as poucas publicações desenvolvidas a partir dos estudos alcançou desde periódicos sem classificação pelo Qualis CAPES, até periódicos dos mais elevados extratos, como A2 e A1, considerados de alto impacto (ALMEIDA *et al.*, 2017).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou investigar o perfil das pesquisas de maior relevância em Teoria da Escolha Pública, considerando as fontes nas quais os estudos estão fundamentados e a consequente produção acadêmica repercutida em novas publicações derivadas das pesquisas.

Especificamente com relação ao perfil, se destacaram três elementos: o campo do conhecimento, a organização educacional e a periodicidade das publicações. De um modo geral, foi possível observar que as Ciências Econômicas (29,41%) e as Ciências Contábeis (23,53%) se destacaram como campo do conhecimento. No entanto, na condição de teoria econômica, as pesquisas identificadas não sinalizaram concentração nos campos de conhecimento da amostra. O fato da teoria ter fundamentado estudos nos campos da Administração, da Ciência Política e do Direito, e a pequena quantidade de publicações, no Brasil, podem ser fatores que destacam a diversidade nas áreas de estudos. Desse modo, estes resultados remetem e reforçam o preceito interdisciplinar do programa de pesquisa *public choice*.

Com relação as organizações educacionais de ensino superior, os resultados obtidos indicaram que a USP e a UFBA publicaram mais estudos. Nelas, a contabilidade apresentou, também, destaque dentre os campos analisados, podendo sugerir que a aplicação teórica é adequada, inclusive em estudos na área de gestão e da contabilidade pública. Estes achados contribuem para demonstrar a utilidade da temática, na contabilidade, o que pode cooperar para a expansão das diversas dimensões de conceitos estudados.

Os resultados obtidos por meio da análise sobre a periodicidade indicaram que em períodos de eleições as publicações aumentaram em 33,33% com relação ao triênio anterior, como foi o caso de 2010 e 2014 que apresentaram maiores quantidades de estudos publicados. Isso pode sugerir que o ambiente, inclusive em termos políticos e sociais, pode influenciar no desenvolvimento e no perfil destas pesquisas.

Em referência às fontes, a partir da aplicação de técnicas da cientometria se destacaram três variáveis: publicações referenciadas, autores e obras citadas. Respectivamente, foi identificada a média de 87,87 publicações referenciadas em cada pesquisa, de 887 diferentes autores. Representando que, cada autor, em média foi citado 1,49 vezes. Os autores com maior quantidade de citações, considerando a literatura internacional, foram: James Buchanan, objeto de 20 referências e Douglas North (com 11 obras). Na literatura nacional: Luiz Carlos Bresser-Pereira (9), e Fernando Luiz Abrucio e Dennis Muller (8).

Sob a ótica da quantidade de obras distintas citadas, James Buchanan participou com 15 obras referenciadas, seguido de Luiz Carlos Bresser-Pereira e Fernando Luiz Abrucio com 8. O quantitativo de pesquisas que citam um mesmo autor, indica que James Buchanan é evidenciado como o autor citado na maior quantidade de pesquisas. Do total da amostra, James Buchanan é referenciado em 60% (9) dos estudos, seguido por Paulo Thiago Pereira, citado em seis pesquisas. A análise de currículos de dezesseis autores de pesquisas demonstrou que dez não apresentaram qualquer outro produto sobre o tema da dissertação/tese, que corresponde a 62,5%. Somente 37,5% das pesquisas teriam resultado em outros produtos acadêmicos.

Em síntese, os resultados obtidos revelaram que a Teoria da Escolha Pública foi pouco explorada no Brasil, no período analisado, e há vinculação às obras de seu criador, James Buchanan, que mantém a fidelidade conceitual. Não obstante, a concentração pode também ser considerada pouco aprofundada no campo teórico. Das pesquisas analisadas, o percentual de 62,5% indica que destas publicações de relevância acadêmica, há continuidade em apenas 37,5% dos casos. Ou seja, resultam em outros produtos acadêmicos após a defesa da tese/dissertação. O que sugere, além de desperdício no processo de formação, uma lacuna a ser preenchida na literatura científica brasileira. Os motivos da existência da descontinuidade nas pesquisas podem estar relacionados a vários fatores que vão desde a influência do ambiente (contextos políticos e sociais), conforme sugeriram os resultados obtidos, até a descontinuidade acadêmica do pesquisador. Contudo, carece de maior especificidade e aprofundamento e este estudo apresenta limitações nesse sentido, em face dos objetivos inicialmente propostos.

No contexto geral da análise foi possível perceber que a continuidade aos estudos aos estudos fundamentados na *public choice*, ou ao menos à publicação dos resultados, possibilita aos pesquisadores recompensas com publicações em elevados extratos. O que pode indicar um campo percebido como relevante pelos editores e revisores, mesmo que ainda pouco explorado na literatura brasileira. Espera-se que, com os resultados apresentados neste estudo, novas pesquisas sejam estimuladas no sentido de promover o desenvolvimento das Ciências Contábeis no que se refere aos seus objetivos na área pública. Processos de execução orçamentária, bem como a alocação de recursos e o controle do patrimônio público são elementos integrantes na gestão pública e na análise proporcionada pela *accountability*.

As sugestões de pesquisas futuras revelam-se nos resultados não desejados pelo senso comum, que seriam aqueles pesquisadores que não deram continuidade às suas teses e dissertações. Neste sentido, considera-se relevante análise que investigue quais foram as principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes de mestrado e doutorado, e o que poderia contribuir para um melhor entendimento deste campo específico de estudo, útil a diversas áreas de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz Felipe de Carvalho; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues; MACHADO, Lúcio de Souza; ZANOLLA, Ercílio. Análise Bibliométrica da Produção Científica Brasileira em Contabilidade Tributária. **ConTexto**, v. 17, n. 35, jan./abr. 2017.

BERNABEL, Rodolpho Talaisys; MIGNOZZETTI, Umberto Guarnier. Grupos de interesse, preferências dos parlamentares e pressão midiática: um modelo formal para o Legislativo sob a influência de grupos de interesse e da mídia. **Paraná Eleitoral: revista brasileira de direito eleitoral e ciência política**, v. 1, n. 2, 2012.

BERNABEL, Rodolpho. Does the electoral rule matter for political polarization? The case of Brazilian Legislative Chambers. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n. 2, p. 81-108, 2015.

BERNABEL, Rodolpho. Federal Democracy in the Laboratory: Power Decentralization and Democratic Incentives Against Corruption. **Political Science Research and Methods**, v. 6, n.1, p. 1-14, 2016.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Qualitative research for education**. 5. ed. Boston, MA: Allyn & Bacon, 2007.

BÖRNER, Katy; CHEN, Chaomei; BOYACK, Kevin. Visualizing knowledge domains. **Annual review of information science and technology**, v. 37, n. 1, p. 179-255, 2003.

BOTELHO, Fernando; GEMIGNANI, Thomaz Mingatos Fernandes; MADEIRA, Ricardo de Abreu; MELONI, Luis Eduardo Negrão; RANGEL, M. A.; PIONER, H. **Sistemas de Accountability nas Escolas Públicas Brasileiras: Identificando a Eficácia das Diferentes Experiências**. In: Políticas Públicas Educacionais e Desempenho Escolar dos Alunos da Rede Pública de Ensino (1ed). Ribeirão Preto: FUNPEC-Editora, 2014. p. 59-80.

BUCHANAN, James M.; TULLOCK, Gordon. **The calculus of consent**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1962.

BUCHANAN, James M.; VANBERG, Viktor J. Constitutional implications of radical subjectivism. **The Review of Austrian Economics**, v. 15, n. 2-3, p. 121-129, 2002.

BUCHANAN, James M. **Public choice: The origins and development of a research program**. Public Choice. Virginia: George Mason University, v. 31, p. 13-32, 2003. Disponível em: <<https://publicchoicesociety.org/content/general/PublicChoiceBooklet.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

BUCHANAN, James M. Same players, different game: how better rules make better politics. **Constitutional Political Economy**, v. 19, n. 3, p. 171-179, 2008.

BUTLER, Eamonn. **Public Choice: A Primer**. London: Institute of Economic Affairs, 2012.

CHERRIER, Beatrice; FLEURY, Jean-Baptiste. Economists' interest in collective decision after World War II: a history. **Public Choice**, v. 172, n. 1-2, p. 23-44, 2017.

CONGLETON, Roger D. **Buchanan and the Virginia School**. In: Method and Morals in Constitutional Economics. Springer, Berlin, Heidelberg, 2002. p. 23-38.

CORREIA, Carlos Pinto. A teoria da escolha pública: sentido, limites e implicações. **Boletim de Ciências Económicas**, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, v. 41, n. XLI, p. 241-276, 1999.

COSTA, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa; FREIRE, Fátima Souza; GARTNER, Ivan Ricardo; CLEMENTE, Ademir. As escolhas públicas orçamentárias federais no PPA 2008-2011: uma análise da perspectiva do modelo principal-agente. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 5, p. 1089-1116, 2013.

FELISBINO, Riberti de Almeida; BERNABEL, Rodolpho Talaisy; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Somente um deve vencer: as bases de recrutamento dos candidatos à Prefeitura das capitais brasileiras em 2008. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 20, n. 41, p. 219-234, Feb. 2012b.

GUARIDO FILHO, Edson Ronaldo. **A construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no Brasil: o período 1993-2007** (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, 2008.

IBPT, Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação. **Cnpl: brasil é o país que proporciona pior retorno em serviços públicos à sociedade**. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/noticia/2595/cnpl-brasil-e-o-pais-que-proporciona-pior-retorno-em-servicos-publicos-a-sociedade>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

KHAN, Mushtaq. **Governance and anti-corruption reforms in developing countries: Policies, evidence and ways forward**, 2006. Disponível em: <http://eprints.soas.ac.uk/9920/1/UNCTAD_GDS_MDPB_G24_2006_4.pdf>. Acesso em: 12 maio 2018.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. Padrões de produtividade de autores em periódicos e congressos na área de contabilidade no Brasil: um estudo bibliométrico. **RAC-Revista de Administração Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 533-554, 2008. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1415-6552008000200011>.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 2, 1998. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000200005>

MARIO, Camila Gonçalves. Concepções de justiça e a análise de políticas públicas. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 1, p. 5-14, 2016.

MARTINS, Gilberto Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica**. São Paulo: Atlas, 2009.

MATTOS, Pedro Lincoln C. L. de. Bibliometria: a metodologia acadêmica convencional em questão. **RAE electron.**, São Paulo, v. 3, n. 2, dez. 2004. Doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-56482004000200016>.

MCCHESENEY, Fred S.; SHUGHART, William F.; SHUGHART II, William F. (Ed.). **The causes and consequences of antitrust: The public-choice perspective.** University of Chicago Press, 1995.

MIGNOZZETTI, Umberto Guarner; BERNABEL, Rodolpho; GALDINO, Manoel. **Faz alguma diferença corrigir as distorções de representação no Brasil?** Um estudo sobre a interação entre a arena eleitoral e a arena legislativa no âmbito federal. In: Cadernos Adenauer XII, n. 2, 2011.

OLIVEIRA, Nilma Reis; CASTRO NETO, Armando Affonso; FERNANDES, Gilenio Borges; SOUZA, Antonio Ricardo de. Desenvolvimento humano e accountability no estado da Bahia. **Panorama das Contas Públicas**, v. 3, p. 15-25, 2011

PEREIRA, Jeronimo Rosário Tanan; CORDEIRO FILHO, José Bernardo. Rejeições de Prestação de Contas de Governos Municipais: O que está acontecendo?. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 15, n. 1, 2012.

QUAESNER, Liz Spinello; SALLABERRY, Jonatas D.; CLEMENTE, Ademir; COSTA, Mayla. Pesquisa em Teoria da Escolha Pública. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, n. 07, 2017.

RIBEIRO, Márcia Carla Pereira; SCHWANKA, Cristiane. Eficiência e Gestão: do agir ao controle na atividade interventiva e econômica estatal. **Fórum de Contratação e Gestão Pública** (Impresso), v. 134, p. 54-65, 2013.

SANTIAGO, André Luiz Nazareth; BORGES, Fabrini Quadros; BORGES, Fabricio Quadros. Teoria da Escolha Pública (Public Choice): Uma análise no ambiente do setor de energia elétrica no Brasil. **Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. 5, n. 1, 2015.

SHAW, Jane S. Public choice theory. **The concise encyclopaedia of Economics.** The Library of Economics and Liberty, 2002.

SCHWANKA, Cristiane. Estado Empresário: monopólios, conveniência e tendências disfuncionais. **Revista do Instituto do Direito Brasileiro**, v. 8, p. 8801-8840, 2013.

WALLIMAN, Nicholas. **Your research project: a step-by-step guide for the first-time researcher.** Sage, 2005.

TULLOCK, Gordon; BRADY, Gordon L.; SELDON, Arthur. **Government failure: a primer in public choice.** Cato Institute, 2002.

TRIVIÑOS, Ans. **Introdução à pesquisa em estudos sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

VANBERG, Georg. Substance vs. procedure: Constitutional enforcement and constitutional choice. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 80, n. 2, p. 309-318, 2011.

VAN RAAN, Anthony FJ. Fatal attraction: Conceptual and methodological problems in the ranking of universities by bibliometric methods. **Scientometrics**, v. 62, n. 1, p. 133-143, 2005.

ZEFF, Stephen A. A study of academic research journals in accounting. **Accounting Horizons**, v. 10, n. 3, p. 158, 1996.

WAICZYK, Cleomir; ENSSLIN, Eduardo Rolim. Avaliação de produção científica de pesquisadores: mapeamento das publicações científicas. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 10, n. 20, p. 97-112, 2013.